

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em julho de 2018, o Grupo Parlamentar do PCP questionou o Governo sobre a carência de oficiais de justiça nos tribunais do Algarve e a premência de adotar medidas para ultrapassar este problema (pergunta n.º 3207/XIII/3ª).

Na sua resposta, o Ministério da Justiça reconheceu essa carência e informou sobre a sua intenção de proceder à contratação de oficiais de justiça, em particular para os tribunais algarvios.

Volvidos seis meses, o PCP apurou que se mantém uma acentuada carência de oficiais de justiça nos tribunais algarvios, nas carreiras judicial e dos serviços do Ministério Público. Por exemplo, na categoria de escrivão-adjunto, o quadro da Comarca de Faro prevê 102 funcionários; em julho de 2018 estavam por preencher 29,5% dos lugares desse quadro; com a entrada de novos funcionários em outubro de 2018, esta percentagem desceu ligeiramente para 25,5%. Ou seja, está ainda por preencher um quarto dos lugares do quadro!

Obviamente, o PCP valoriza a entrada de novos funcionários no passado mês de outubro, mas enfatiza que os progressos alcançados são insuficientes e muito limitados, mantendo-se ainda uma carência acentuada de oficiais de justiça.

No que diz respeito a secretários de justiça, apesar de preenchido, o quadro está manifestamente subdimensionado, obrigando a que secretários de justiça acumulem funções em vários tribunais.

A carência de oficiais de justiça traduz-se num volume de trabalho exacerbado, numa grande pressão e numa necessidade recorrente de prolongamento do horário normal de trabalho. Só a dedicação e empenho destes trabalhadores permite que, numa situação de carência de recursos humanos, se vá dando resposta às exigências do serviço.

Entende o PCP que o Governo deve adotar medidas urgentes para ultrapassar a carência de

oficiais de justiça nos tribunais algarvios, quer por via de promoções, quer por via de contratação de novos funcionários.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, através do Ministério da Justiça, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Reconhece o Governo que as contratações realizadas recentemente não resolveram o problema de falta de oficiais de justiça nos tribunais algarvios, apenas o mitigaram ligeiramente (por exemplo, na categoria de escrivão-adjunto a percentagem de lugares do quadro não preenchidos reduziu-se de 29,5% para 25,5%)?
2. Que medidas serão adotadas pelo Governo para garantir que a curto prazo os tribunais algarvios possam dispor de um número adequado de oficiais de justiça e também de outros funcionários de justiça (técnicos de informática, assistentes técnicos e assistentes operacionais)?
3. Reconhece o Governo que o quadro de secretários de justiça dos tribunais algarvios se encontra subdimensionado, obrigando à acumulação de funções em vários tribunais? Está o Governo disponível para alargar esse quadro?
4. Quando serão realizadas novas promoções para as categorias de secretário de justiça, escrivão de direito, técnico de justiça principal, escrivão-adjunto e técnico de justiça-adjunto?

Palácio de São Bento, 16 de janeiro de 2019

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)

ANTÓNIO FILIPE(PCP)